

- A democracia promove o desenvolvimento humano mais plenamente que qualquer alternativa viável.
- Apenas um governo democrático pode promover um grau relativamente alto de igualdade política.
- As modernas democracias representativas não lutam umas contra as outras.
- Os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos que os países com governos não-democráticos.

Com todas essas vantagens, a democracia é para a maioria um jogo bem melhor que qualquer outra alternativa viável.

## Capítulo 6

### Por que a igualdade política I? Igualdade intrínseca

Muitos concluirão que as vantagens da democracia discutidas no último capítulo podem ser suficientes (talvez mais do que suficientes!) para justificar sua convicção de que o governo democrático é superior a quaisquer alternativas realistas. Mesmo assim, você poderia se perguntar se é razoável pressupor (como parece estar implícito nessa convicção) que os cidadãos devam ser tratados como *iguais* políticos quando participam do governo. Por que os direitos necessários a um processo de governo democrático deveriam ser *igualmente* estendidos aos cidadãos?

A resposta não é nada evidente, embora seja decisiva para a fé na democracia.

#### A igualdade é óbvia?

Em palavras que se tornariam famosas pelo mundo afora, os autores da Declaração da Independência dos Estados Unidos escreveram, em 1776:

Consideramos evidentes as verdades de que todos os homens foram criados iguais e que todos são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca pela felicidade.

Se a igualdade é óbvia, não é preciso mais nenhuma justificativa. Nenhuma pode ser encontrada na Declaração. No entanto, a idéia de que todos os homens (e mulheres) foram criados iguais não é nada evidente para a maioria das pessoas. Se o pressuposto não é verdadeiramente óbvio, seria razoável adotá-lo? E, se não podemos adotá-lo, como defendemos um processo de governo que parece presumir que ele existe?

Os críticos muitas vezes rejeitaram afirmações sobre a igualdade, como a da Declaração de Independência, considerando-as simples retórica vazia. Uma afirmação desse tipo, que supostamente expressa um fato sobre os seres humanos, é obviamente falsa, dizem eles.

À acusação de falsidade, os críticos juntam a de hipocrisia. Como exemplo, mostram que os autores da Declaração deixavam de lado o inconveniente fato de que uma preponderante maioria de pessoas estava excluída dos direitos inalienáveis (aparentemente, concedidos pelo próprio Criador) nos novos estados que agora se declaravam independentes. Desde então e por muito tempo, mulheres, escravos, negros libertos e povos nativos estavam privados não apenas dos direitos políticos, mas de inúmeros outros “direitos inalienáveis” essenciais à vida, à liberdade e à busca da felicidade. A propriedade também era um direito inalienável – e os escravos eram propriedade de seus senhores... O próprio Thomas Jefferson, principal autor da Declaração de Independência, possuía escravos. Em importantes aspectos, as mulheres eram propriedade de seus maridos. A um grande número de homens livres (em algumas estimativas, cerca de 40%) era negado o direito de voto; por todo o século XIX, o direito de voto restringia-se aos proprietários em todos os novos estados norte-americanos.

A desigualdade não era uma característica especial dos Estados Unidos nesse período, nem posteriormente. Ao contrário: na década de 1830, o escritor francês Alexis de Tocqueville chegou à conclusão de que, em relação à Europa, uma das características distintivas dos Estados Unidos era o grau de igualdade social entre os cidadãos do país.

Embora as desigualdades se tenham reduzido desde 1776, muitas permanecem. Basta olharmos em volta para ver desigualda-

des por toda parte. Aparentemente, a desigualdade – não a igualdade – é uma condição natural da humanidade.

Thomas Jefferson conhecia bastante as questões humanas e percebia que, obviamente, em muitos aspectos importantes, as capacidades, as vantagens e as oportunidades dos seres humanos não eram distribuídas com igualdade no nascimento e menos ainda depois que a educação, as circunstâncias e a sorte se somavam às diferenças iniciais. Os 55 homens que assinaram a Declaração de Independência, indivíduos de experiência prática, advogados, comerciantes, agricultores, não eram nada ingênuos em sua percepção dos seres humanos. Se admitimos que não ignoravam a realidade e que não fossem hipócritas, o que pretendariam eles dizer com a audaciosa afirmação de que *todos os homens foram criados iguais*?

Apesar das inúmeras evidências em contrário, a idéia de que os seres humanos sejam fundamentalmente iguais fazia tanto sentido para Jefferson como fizera, em períodos anteriores, para os filósofos ingleses Thomas Hobbes e John Locke.<sup>1</sup> Da época de Jefferson em diante, muitas outras pessoas pelo mundo afora passaram a aceitar, de alguma forma, a idéia da igualdade humana. Para muitas, é simplesmente um fato. Para Alexis de Tocqueville, em 1835, a “igualdade de condições” cada vez maior que ele havia observado na Europa e na América era impressionante, a ponto de considerá-la “um fato providencial, dotado de todas as características de um decreto divino: é universal, é permanente, escapa sempre a qualquer interferência humana; todos os acontecimentos e todos os homens contribuem para seu progresso”.<sup>2</sup>

### Igualdade intrínseca: um julgamento moral

As igualdades e as desigualdades podem assumir uma variedade quase infinita de formas. A desigualdade na capacidade de vencer uma corrida ou uma competição ortográfica é uma coisa.

<sup>1</sup> Para saber mais sobre essa questão, veja Garry Mills, *Inventing America: Jefferson's Declaration of Independence*, Garden City, Nova York, Doubleday, 1978, p. 167-228.

<sup>2</sup> Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, v. 1, Nova York, Schocken Books, 1961, p. lxxi.

A desigualdade nas oportunidades de votar, de falar e de participar no governo *são outros quinhentos...*

Para compreender por que é razoável nos empenharmos na igualdade política entre os cidadãos de um estado democrático, precisamos reconhecer que às vezes, quando falamos sobre igualdade, não expressamos um julgamento concreto. Não tentamos descrever o que acreditamos ser real no presente ou no futuro, como acontece quando fazemos declarações sobre os vencedores de corridas ou os vencedores de competições. Nesse caso, estaremos expressando um julgamento moral sobre seres humanos, tentamos dizer algo sobre o que acreditamos que *deveria* ser. Esse tipo de julgamento moral poderia ser dito assim: “Devemos considerar o bem de cada ser humano *intrinsecamente* igual ao de qualquer um”. Empregando as palavras da Declaração de Independência, como julgamento *moral* insistimos que a vida, a liberdade e a felicidade de uma pessoa não são intrinsecamente superiores ou inferiores às de qualquer outra. Conseqüentemente, devemos tratar todas as pessoas como se possuíssem igual direito à vida, à liberdade, à felicidade e a outros bens e interesses fundamentais. Chamarei esse julgamento moral de princípio da igualdade intrínseca.

Este princípio não nos leva muito longe e, para aplicá-lo ao governo de um estado, ajuda a acrescentar um princípio suplementar que parece estar implícito nele: “Ao chegar a decisões, o governo deve dar igual peso ao bem e aos interesses de todas as pessoas ligadas por tais decisões”. Por que deveríamos aplicar o princípio da igualdade intrínseca ao governo de um estado e obrigá-lo a dar igual peso aos interesses de todos? Ao contrário dos autores da Declaração de Independência norte-americana, a afirmação de que a verdade da igualdade intrínseca seja óbvia me impressiona (e a muita gente, sem dúvida) por me parecer bastante implausível... No entanto, a igualdade intrínseca abrange uma idéia tão fundamental sobre os méritos dos seres humanos, que está bem perto dos limites de maior justificação racional. Acontece com os julgamentos morais o mesmo que ocorre aos julgamentos concretos: buscando-se as raízes de qualquer afirmação, chegamos a limites, além dos quais nenhum argumento racional pode nos levar mais adiante. Martinho Lutero disse essas memoráveis palavras em 1521: “Não é seguro nem prudente fazer qualquer coisa contra a consciência. Aqui me detenho – não posso fazer diferente. Deus me ajude. Amém”.

Embora o princípio da igualdade intrínseca esteja muito perto desses limites finais, ainda não os alcançamos. Por diversas razões, acredito que a igualdade intrínseca seja um princípio razoável que deve fundamentar o governo de um estado.

### Por que devemos adotar este princípio

#### *Bases éticas e religiosas*

Em primeiro lugar, para muita gente pelo mundo afora, ele está de acordo com suas convicções e seus princípios éticos essenciais. Que somos todos igualmente filhos de Deus é dogma do judaísmo, da cristandade e do islamismo; o budismo contém uma visão muito assemelhada. (Entre as grandes religiões do mundo, o hinduísmo talvez seja uma exceção.) Explícita ou implicitamente, a maioria dos argumentos morais e a maioria dos sistemas éticos pressupõem este princípio.

#### *A fragilidade de um princípio alternativo*

Em segundo lugar, seja qual for o caso em relação a outras formas de associação, para governar um estado muitos pensarão que, de modo geral, todas as alternativas para a igualdade intrínseca são implausíveis e duvidosas. Imagine que o cidadão Jones propusesse a seguinte alternativa como princípio para governar um estado: “Ao tomar decisões, o governo deverá sempre tratar o meu bem e os meus interesses como superiores aos de todos os outros”. Rejeitando implicitamente o princípio da igualdade intrínseca, Jones está afirmando o princípio da superioridade intrínseca – ou, no mínimo, afirmando a superioridade intrínseca de Jones... A reivindicação à superioridade intrínseca pode ser mais inclusiva, é claro, como geralmente acontece: “O bem e os interesses de meu grupo [a família, a classe, a casta, a raça ou seja lá o que mais de Jones] são superiores aos de todos os outros”.

A essa altura, não será nenhum choque admitirmos que nós, seres humanos, temos um pouco mais do que simples vestígios de egoísmo: em graus variados, tendemos a nos preocupar mais com nossos próprios interesses do que com os dos outros. Conseqüentemente, muitos de nós poderiam sentir-se muitíssimo tentados a fazer esse tipo de reivindicação para si e para os mais próximos. Em todo caso, a menos que possamos contar confiantemente no controle do governo do estado, por que deveríamos aceitar a superioridade intrínseca de determinadas pessoas como princípio político fundamental?

Para falar a verdade, uma pessoa ou um grupo com poder suficiente poderia fazer valer uma reivindicação de superioridade intrínseca sobre as objeções que você tivesse – literalmente, sobre o seu cadáver. Durante toda a história da humanidade, muitos indivíduos e grupos assim usaram seu poder (ou melhor, *abusaram* de dito poder). No entanto, a força pura e simples tem seus limites; os que reivindicaram ser a encarnação de alguma superioridade intrínseca sobre outros invariavelmente disfarçaram esta sua reivindicação, aliás frágil e transparente, com o mito, o mistério, a religião, a tradição, a ideologia, as pompas e as circunstâncias.

Não sendo membro do grupo privilegiado e podendo rejeitar com segurança a reivindicação de superioridade intrínseca, você consentiria livre e conscientemente num princípio absurdo como esse? Duvido muito...

### *Prudência*

As duas razões precedentes para se adotar um princípio de igualdade intrínseca como base para o governo de um estado apontam uma terceira: a prudência. Além de conferir grandes benefícios, o governo de um estado também pode infligir grandes males; assim, a prudência dita uma cautelosa preocupação pela maneira como serão empregadas suas capacidades incomuns. Um processo de governo que privilegiasse de modo definitivo e permanente o seu próprio bem e seus interesses sobre os de outros seria atraente – se proporcionasse a certeza de que você ou o seu grupo prevaleceriam sempre... Para muita gente essa possibilidade é tão improvável ou,

no mínimo, tão incerta, que é melhor insistir em que os seus interesses recebam peso igual aos interesses de outros...

### *Aceitabilidade*

Um princípio que você considere prudente adotar muitos outros também considerarão. Assim, um processo que assegure igual peso para todos (concluirá você razoavelmente) tem maior probabilidade de assegurar o consenso de todos os outros cuja cooperação é necessária para atingir os seus objetivos. Visto nesta perspectiva, o princípio da igualdade intrínseca faz muito sentido.

Sim, apesar da reivindicação em contrário na Declaração de Independência, está realmente longe do óbvio a razão pela qual devemos nos apegar ao princípio da igualdade intrínseca e dar igual peso aos interesses de todos no governo do estado.

Não obstante, se interpretarmos a igualdade intrínseca como princípio de governo justificado com base na moralidade, na prudência e na aceitabilidade, parece-me fazer mais sentido do que qualquer alternativa...

## Capítulo 7

### Por que igualdade política II? Competência cívica

Poderá parecer uma surpresa desagradável descobrir que, mesmo quando aceitamos a igualdade intrínseca e o peso igual nos interesses como julgamentos morais corretos, não estamos necessariamente inclinados a considerar a democracia o melhor processo para o governo de um estado.

#### **A tutela: uma alegação em contrário**

Para ver por que é assim, imaginemos que um membro de um pequeno grupo de concidadãos diz para você e os outros:

– Como vocês, nós também acreditamos bastante na igualdade intrínseca. Não somos apenas profundamente dedicados ao bem comum, também sabemos melhor do que a maioria como chegar a ele. Portanto, estamos muito mais preparados para governar do que a grande maioria das pessoas. Assim, se vocês nos concederem exclusiva autoridade no governo, empenharemos nossos conhecimentos e nosso trabalho ao serviço do bem geral; com isso, daremos igual peso ao bem e aos interesses de todos.

A afirmação de que o governo deve ser entregue a especialistas profundamente empenhados em governar para o bem geral e superiores a todos em seus conhecimentos dos meios para obtê-lo – os *tutores*, como Platão os chamava – sempre foi o mais importante rival das idéias democráticas. Os defensores da tutela atacam a democracia num ponto aparentemente vulnerável: eles simples-

mente negam que as pessoas comuns tenham competência para se governar. Eles não negam, necessariamente, que os seres humanos sejam intrinsecamente iguais no sentido que já exploramos. Como na República ideal de Platão, os tutores poderiam empenhar-se em servir ao bem de todos e, pelo menos por implicação, sustentar que todos sob sua proteção sejam intrinsecamente iguais em seu bem ou seus interesses. Os defensores da tutela no sentido platônico não afirmam que os interesses das pessoas escolhidas como tutores sejam intrinsecamente superiores aos interesses dos outros. Eles alegam que os especialistas em governar, os tutores, seriam superiores em seu *conhecimento* do bem geral e dos melhores meios de atingi-lo.

O argumento a favor da tutela política utiliza de modo persuasivo as analogias, especialmente analogias que envolvem a competência e o conhecimento especializado: o conhecimento superior de um médico nas questões da doença e da saúde, por exemplo, ou a competência superior de um piloto para nos levar com segurança ao destino. Assim, por que não permitir aos dotados de competência superior no governo que tomem decisões sobre a saúde do estado? Que pilotem o governo em direção a seu devido destino, o bem público? Certamente não podemos pressupor que todas as pessoas sejam invariavelmente os melhores juízes de seus próprios interesses. Evidentemente, as crianças não o são – outros, em geral seus pais, devem servir de tutores até que elas adquiram a competência para tomar conta de si mesmas. A experiência comum nos mostra que adultos também podem equivocar-se a respeito de seus interesses, da melhor maneira de atingir seus objetivos: a maioria das pessoas algum dia se arrepende de decisões tomadas no passado. Admitimos ter estado equivocados. Além do mais, quase todos nós confiamos em especialistas para tomar decisões importantes muito diretamente relacionadas a nosso bem-estar, a nossa felicidade, a nosso futuro e até a nossa sobrevivência – não apenas médicos, cirurgiões e pilotos, mas, em nossa sociedade cada vez mais complexa, uma porção de outros especialistas. Assim, se deixamos especialistas tomarem decisões a respeito de questões importantes como essas, por que não entregamos o *governo* a especialistas?

Por atraente que às vezes possa parecer, a defesa da tutela, mais do que a da democracia, deixa de levar em conta alguns dos principais defeitos nessa analogia.

*Delegar determinadas decisões secundárias a especialistas não é o mesmo que ceder o controle decisivo nas grandes questões*

Como se diz popularmente, os especialistas devem ser mantidos prontos para consumo. Os especialistas, às vezes, possuem conhecimentos superiores aos seus em alguns aspectos importantes. Um bom médico saberá melhor do que você diagnosticar a sua doença – que rumo ela provavelmente tomará, sua gravidade, qual será o melhor tratamento ou se é de fato possível tratá-la. É razoável que você resolva seguir as recomendações do seu médico. Contudo, isto não significa que deva ceder a este médico o poder de decidir se você fará ou não o tratamento recomendado. Da mesma forma, uma coisa é os funcionários do governo procurarem a ajuda de especialistas, mas outra muito diferente é uma elite política deter em suas mãos o poder de tomar decisões sobre leis e políticas a que você terá de obedecer.

*Decisões pessoais tomadas por indivíduos não equivalem a decisões tomadas e impostas pelo governo de um estado*

A questão fundamental no debate sobre tutela *versus* democracia não é saber se, como indivíduos, às vezes temos de depositar nossa confiança em especialistas. Não se trata de saber quem ou que grupo deveria ter a última palavra nas decisões tomadas pelo governo de um estado. Seria razoável desejar entregar certas decisões pessoais nas mãos de alguém mais especializado em determinadas questões do que você, como um médico, um contador, um advogado, um piloto de avião e outros. Em todo caso, isso não significa que automaticamente seja razoável entregar a uma elite política a autoridade para controlar as decisões mais importantes do governo do estado – decisões essas que, se preciso, seriam impostas por coerção, pela prisão, talvez até a morte.

IMPROPRIAÇÃO DA ANALOGIA

*Governar um estado exige muito mais do que um conhecimento rigorosamente científico*

Governar não é uma ciência como a física, a química ou, como em certos aspectos, a medicina. Esta é uma verdade por diversas razões. Por um lado, virtualmente todas as decisões importantes sobre políticas, sejam pessoais ou governamentais, exigem julgamentos éticos. Tomar uma decisão sobre os objetivos que as políticas do governo deveriam atingir (justiça, equanimidade, proibidade, felicidade, saúde, sobrevivência, segurança, bem-estar, igualdade e sei lá mais o que) é fazer um julgamento ético. Julgamentos éticos não são “científicos” no sentido habitual.

Além disso, bons objetivos muitas vezes entram em conflito uns com os outros, e os recursos são limitados. Decisões sobre políticas, sejam pessoais ou governamentais, quase sempre exigem julgamentos sobre negociações, um equilíbrio entre diferentes objetivos. Por exemplo, obter igualdade econômica poderá enfraquecer os incentivos econômicos; os custos dos benefícios para os idosos poderão ser impostos aos jovens; as despesas para as gerações que hoje vivem poderão impor custos às gerações futuras; a preservação de uma área selvagem poderá custar o preço dos empregos de mineiros e do pessoal que trabalha nas serrarias. Julgamentos sobre negociações entre objetivos diferentes não são científicos. As comprovações empíricas são importantes e necessárias, jamais suficientes. Ao decidir o quanto se deve sacrificar para a obtenção de um fim, um bem ou um objetivo de modo a atingir certa medida de outro, necessariamente ultrapassamos qualquer coisa que o conhecimento rigorosamente científico possa proporcionar.

Há uma outra razão por que as decisões sobre políticas exigem julgamentos que não sejam rigorosamente “científicos”. Mesmo quando se consiga chegar a um consenso geral a respeito dos fins

das decisões políticas, quase sempre há uma grande incerteza e algum conflito em relação aos meios: como os fins seriam atingidos de melhor maneira, o quanto seria desejável, viável, aceitável as prováveis conseqüências dos meios alternativos. Quais seriam os melhores meios de cuidar dos pobres, dos desempregados, dos sem-teto? Como se poderá proteger melhor e implementar os interesses das crianças? De que tamanho é um orçamento necessário para a defesa militar e para que objetivos? Creio que é impossível demonstrar que exista ou que poderia ser criado um grupo com os conhecimentos “científicos” ou “especializados” que proporcionem respostas definitivas para questões desse tipo. Entregaríamos o concerto de nosso carro a um físico teórico ou a um bom mecânico?

*Governar bem um estado exige mais do que o conhecimento*

Exige também a honestidade sem corrupção, a resistência firme a todas as enormes tentações do poder, além de uma dedicação constante e inflexível ao bem público, mais do que aos benefícios de uma pessoa ou seu grupo.

Os especialistas podem estar capacitados para agir como representantes seus, o que não significa que estejam capacitados para servir de governantes para você. Os defensores da tutela têm duas reivindicações, não apenas uma, e afirmam: pode-se criar uma elite governante cujos membros sejam ao mesmo tempo realmente superiores aos outros no conhecimento dos fins que um bom governo deveria buscar e nos melhores meios para atingir esses fins – e não profundamente dedicada à busca do bem público, que essa elite mereceria a autoridade soberana para governar o estado.

Como acabamos de verificar, a primeira reivindicação é muito duvidosa. No entanto, ainda que se mostrasse justificável, isto em si não suportaria a segunda reivindicação. O conhecimento é uma coisa, o poder é outra. O provável efeito do poder sobre as pessoas que o detêm foi resumido sucintamente, em 1887, por lord Acton, um barão inglês, numa famosa sentença: “O poder tende a corromper, o poder absoluto corrompe absolutamente”. Um século antes, William Pitt, estadista britânico de vasta experiência na vida política, fizera semelhante observação num discurso ao Parlamento:

<sup>1</sup> O status filosófico das afirmações éticas e a maneira como diferem de afirmações nas ciências empíricas, como a física, a química e assim por diante, têm sido tema de amplo debate. Eu não poderia esperar fazer justiça a essas questões aqui. Entretanto, para uma excelente discussão da importância do argumento moral em decisões públicas, veja Amy Gutman e Dennis Thompson, *Democracy and Disagreement*, Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

“O poder ilimitado está apto a corromper as mentes de quem o possui”.

Esse era também o ponto de vista vigente entre os membros da Convenção Constituinte norte-americana em 1787, que também possuíam alguma experiência na questão:

– *Sir*, existem duas paixões que têm poderosa influência nos negócios dos homens: a ambição e a avareza, o amor pelo poder e o amor pelo dinheiro, disse o representante mais velho, Benjamin Franklin.

Um dos mais jovens, Alexander Hamilton, concordava:

– Os homens adoram o poder.

George Mason, um dos representantes mais experientes e de maior influência, também concordava com eles:

– Da natureza humana, podemos ter a certeza de que os que detêm o poder em suas mãos ... sempre que puderem, tratarão de aumentá-lo.<sup>2</sup>

Por mais instruídos e confiáveis que sejam inicialmente os membros de uma elite governante dotada do poder de governar um estado, em poucos anos ou em poucas gerações, é muito provável que abusem dele. Se podemos dizer que a história da humanidade nos proporciona algumas lições, certamente uma destas é o fato de que, pela corrupção, pelo nepotismo, pela promoção dos interesses do indivíduo e seu grupo, pelo abuso de seu monopólio da força coercitiva do estado para reprimir a crítica, extrair riqueza dos súditos ou governados e garantir sua obediência pela força, é muito provável que os tutores de um estado se transformem em déspotas.

*Por fim, criar uma utopia é uma coisa, realizá-la são outros quinhentos...*

Um defensor dos tutores enfrenta uma legião de tremendos problemas práticos: como será a investidura da tutela? Quem, por assim dizer, planejará a constituição e quem a colocará em ação?

<sup>2</sup> Para essas observações na Convenção Constitucional, veja Max Farrand (ed.), *The Records of the Federal Convention of 1787*, 4 v., New Haven, Yale University Press, 1966, v. 1, p. 82, 284, 578.

Como serão escolhidos os primeiros tutores? Se a tutela de alguma forma dependerá do consentimento dos governados e não da coerção direta, como será obtido esse consentimento? Seja lá como forem os tutores selecionados pela primeira vez, depois eles escolherão seus sucessores, como os membros de um clube? Se assim for, o sistema não correrá um enorme risco de se degenerar, deixando de ser uma aristocracia de talento e tornando-se uma oligarquia de nascimento? E se os tutores não escolherem seus sucessores, quem o fará? Como serão dispensados os tutores que abusam e exploram...? – e assim por diante.

### A competência dos cidadãos para governar

A menos que os defensores da tutela sejam capazes de proporcionar soluções convincentes para os problemas que descrevi anteriormente, a meu ver a prudência e a razão exigem que rejeitemos essa idéia – e, com isso, podemos concluir que, *entre os adultos, não há ninguém tão inequivocamente mais bem preparado do que outros para governar, a quem se possa confiar a autoridade completa e decisiva no governo do estado.*

Se não devemos ser governados por tutores, quem deveria nos governar? Nós mesmos.

Tendemos a acreditar que, na maioria das questões, todos os adultos devem ter a permissão para julgar o que é melhor para seu próprio bem ou para seus interesses – a menos que haja um bom argumento em contrário. Aplicamos esse pressuposto a favor da autonomia individual apenas aos adultos, não às crianças. A partir da experiência, presumimos que os pais devem agir como tutores para proteger os interesses de seus filhos. Se os pais falham, outros, o governo talvez, poderão ter de intervir.

Às vezes também rejeitamos esse pressuposto para adultos considerados incapazes de cuidar de si mesmos. Como as crianças, eles também podem precisar de tutores. Não obstante, ao contrário das crianças, para quem o pressuposto é determinado por lei e por convenção, com os adultos esse pressuposto não pode ser superficialmente desprezado. O potencial para o abuso é muito evidente –

e, assim, é preciso uma opinião independente, alguma espécie de processo judicial.

Quando presumimos que, com poucas exceções, os adultos devem ter o direito de tomar decisões pessoais sobre o que é melhor para seus interesses, por que devemos rejeitar essa idéia no governo do estado? Aqui, o essencial já não é mais saber se os adultos em geral têm competência para tomar as decisões que enfrentam no dia-a-dia. Agora, trata-se de saber se a maioria dos adultos é competente para governar o estado. Será?

Para chegarmos à resposta, pondere mais uma vez algumas conclusões a que chegamos nos últimos capítulos:

A democracia confere inúmeras vantagens a seus cidadãos. Os cidadãos estão fortemente protegidos contra governantes despóticos, possuem direitos fundamentais e, além do mais, também gozam de uma esfera mais ampla de liberdade. Como cidadãos, adquirem os meios de proteger e implementar seus interesses pessoais mais importantes; podem ainda participar das decisões sobre as leis sob as quais viverão, são dotados de uma vasta autonomia moral e possuem extraordinárias oportunidades para o desenvolvimento pessoal.

Se concluirmos que a democracia proporciona essas vantagens sobre os sistemas não-democráticos de governo, surgem diversas questões fundamentais: por que as vantagens da democracia estariam restritas a algumas pessoas e não a outras? Por que não estariam elas à disposição de todos os adultos?

Se o governo deve dar igual peso ao bem de cada pessoa, não teriam todos os adultos o direito de participar na decisão de que leis e políticas melhor atingiriam os fins buscados, estejam esses fins estreitamente restritos a seu próprio bem ou incluindo o bem de todos? Se ninguém estiver realmente preparado para governar e receber autoridade completa sobre o governo de um estado, quem estará mais bem preparado para participar que todos os adultos sujeitos às leis?

Das conclusões implícitas nessas perguntas, segue-se uma outra, que assim expresso: *com a exceção de uma fortíssima demonstração em contrário, em raras circunstâncias, protegidas por legislação, todos os adultos sujeitos às leis do estado devem ser*

*considerados suficientemente bem preparados para participar do processo democrático de governo do estado.*

### Uma quinta norma democrática: a inclusão

A conclusão a que agora aponta o argumento deste capítulo é que há enormes chances de que os interesses das pessoas privadas de voz igual no governo de um estado não recebam a mesma atenção que os interesses dos que têm uma voz. Se não tem essa voz, quem falará por você? Quem defenderá os seus interesses, se você não pode? E não se trata apenas dos seus interesses como indivíduo: se por acaso você faz parte de todo um grupo excluído da participação, como serão protegidos os interesses fundamentais desse grupo?

A resposta é clara: os interesses fundamentais dos adultos, a quem são negadas as oportunidades de participar do governo, não serão devidamente protegidos e promovidos pelos que governam. Sobre este aspecto, a comprovação da história é avassaladora. Como vimos em nosso rápido exame da evolução da democracia, insatisfeitos com a maneira arbitrária com que os monarcas impunham taxas sem o seu consentimento, nobres e burgueses na Inglaterra exigiram e conquistaram o direito de participar. Séculos mais tarde, por sua vez, acreditando que seus interesses fundamentais eram deixados de lado, as classes médias exigiram e conquistaram esse direito. Lá e por toda parte, a continuação da exclusão legal ou *de facto* de mulheres, escravos, pobres e trabalhadores manuais, entre outros, deixava os membros desses grupos mal protegidos contra a exploração e o abuso mesmo em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, onde o governo era bastante democrático.

Em 1861, John Stuart Mill afirmava que ninguém no governo falava pelos interesses das classes trabalhadoras, pois o sufrágio lhes era negado. Embora não acreditasse que os membros do governo pretendessem deliberadamente sacrificar os interesses das classes trabalhadoras aos seus, dizia ele:

Será que o Parlamento ou qualquer um de seus membros por algum momento terá examinado alguma questão com os olhos de um trabalhador? Quando surge um assunto em que os trabalhadores têm um interesse, será ele examinado com olhos outros que não os dos empregadores do trabalho?<sup>3</sup>

A mesma pergunta serviria para os escravos em repúblicas antigas e modernas, para as mulheres por toda a história até o século XX, para muitas pessoas nominalmente livres mas efetivamente privadas dos direitos democráticos, como os negros no sul dos Estados Unidos até os anos 1960 e na África do Sul até os anos 1990 – e outros mais, por todos os cantos.

Sim, indivíduos e grupos, às vezes, podem se equivocar sobre seu próprio bem. É claro, podem, às vezes, sentir equivocadamente o que é melhor para seus interesses – mas o preponderante peso da experiência humana nos informa que nenhum grupo de adultos pode entregar com segurança a outros o poder de governá-lo. Isto nos leva a uma conclusão de importância decisiva.

Você talvez lembre que, ao discutir os critérios para a democracia no Capítulo 4, deixei para depois a discussão sobre o quinto, a inclusão dos adultos (veja a Figura 4, na pág. 50). Neste capítulo e no último, creio que teremos muito boas razões para concluir que o governo democrático de um estado deve corresponder a essa norma. Expressarei assim: *Plena inclusão. O corpo dos cidadãos num estado democraticamente governado deve incluir todas as pessoas sujeitas às leis desse estado, com exceção dos que estão de passagem e dos incapazes de cuidar de si mesmos.*

### Problemas não-resolvidos

Rejeitar o argumento da tutela e adotar a igualdade política como ideal ainda deixa algumas questões complicadas.

Cidadãos e funcionários do governo não precisam da ajuda de especialistas? É claro que precisam! É inegável a importância dos

especialistas e do conhecimento especializado para o bom funcionamento dos governos democráticos.

A política pública muitas vezes é tão complexa (e cada vez mais!), que nenhum governo poderia tomar decisões satisfatórias sem a ajuda de especialistas de excelente formação. Assim como cada um em suas decisões pessoais às vezes depende de especialistas para obter orientação e terá de entregar-lhes decisões importantes, os governos também devem fazer o mesmo – até mesmo os governos democráticos. A melhor maneira de satisfazer os critérios democráticos, de sustentar um grau satisfatório de igualdade política e continuar confiando em especialistas e no conhecimento especializado na tomada das decisões públicas apresenta um grave problema – um problema que seria bobagem que os defensores do governo democrático ignorassem.

Se devem ser competentes, os cidadãos não precisariam de instituições políticas e sociais para ajudá-los? É indiscutível. As oportunidades de adquirir uma compreensão esclarecida das questões públicas não são apenas parte da definição de democracia. São a exigência para se ter uma democracia.

Nada do que eu disse até aqui pretende deixar implícito que a maioria dos cidadãos não cometa erros. Eles podem errar e realmente erram. É justamente por isto que os defensores da democracia sempre dão um lugar privilegiado à educação – e a educação cívica não exige apenas a escola formal, mas também a discussão pública, a deliberação, o debate, a controvérsia, a pronta disponibilidade de informação confiável e outras instituições de uma sociedade livre.

Imagine que as instituições para o desenvolvimento de cidadãos competentes sejam fracas e que muitos não sabem o bastante para proteger seus valores e interesses fundamentais? O que devemos fazer? Na busca por uma resposta, vale a pena examinar mais uma vez as conclusões a que chegamos até aqui...

Adotamos o princípio da igualdade intrínseca – devemos considerar o bem de cada ser humano intrinsecamente igual ao de qualquer outro ser humano. Aplicamos esse princípio ao governo de um estado: no momento de chegar às decisões, o governo deve dar igual peso ao bem e aos interesses de todas as pessoas ligadas por essas decisões. Recusamos considerar a tutela uma boa maneira

<sup>3</sup> John Stuart Mill, *Considerations on Representative Government* [1861], Nova York, Liberal Arts Press, 1958, p. 44.

de aplicar o princípio: entre os adultos, nenhum indivíduo é tão mais bem preparado do que outro para governar a ponto de poder receber em mãos autoridade total e decisiva no governo do estado.

Em vez disso, aceitamos a plena inclusão: o corpo dos cidadãos num estado democraticamente governado deve incluir *todas* as pessoas sujeitas às leis desse estado, com exceção das que estiverem de passagem e as comprovadamente incapazes de cuidar de si mesmas.

Portanto, se as instituições destinadas à educação pública são fracas, resta apenas uma solução satisfatória: elas devem ser reforçadas. Todos os que acreditam em metas democráticas são obrigados a buscar maneiras pelas quais os cidadãos possam adquirir a competência de que precisam.

Talvez as instituições para educação cívica criadas nos países democráticos durante os séculos XIX e XX já não sejam adequadas. Se assim for, os países democráticos terão de criar novas instituições para complementar as antigas.

### **Comentários conclusivos e apresentação**

Já exploramos cerca da metade do território exposto na Figura 3 (página 40). Contudo, mal demos uma espiadela na outra metade: as instituições básicas necessárias para levar adiante a meta da democracia e as condições sociais, econômicas e outras que favorecem o desenvolvimento e a manutenção dessas instituições políticas democráticas. É o que exploraremos nos próximos capítulos.

Passemos agora das metas para as realidades.

## Parte III

# A verdadeira democracia